



CONCORRÊNCIA NACIONAL

NF 1520-22

AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO, SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO (CDA) E SISTEMAS DE ALARME PARA O PERÍMETRO DA ÁREA CORPORATIVA DA ITAIPU BINACIONAL, EM FOZ DO IGUAÇU-PR

ADITAMENTO 1

CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES

ÍNDICE

CAPÍTULO I	
INSTRUÇÕES GERAIS	1
1.1 IDIOMA	1
1.2 ASPECTOS JURÍDICOS	1
1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO	1
1.5 DILIGÊNCIA	2
1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO	2
1.7 RESTRIÇÕES	2
1.8 REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO	3
1.9 IMPUGNAÇÃO	3
 CAPÍTULO II	
INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	4
2.1 MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO, REGIME DE CONTRATAÇÃO, PRAZO DE EXECUÇÃO	4
2.2 FINALIDADE E OBJETO	4
2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	4
2.4 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL	4
2.5 APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO	5
2.6 RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL E DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO	6
2.7 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	7
2.8 ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO	8
2.9 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES	9
2.10 RECURSO ADMINISTRATIVO	11
2.11 ASSINATURA DO CONTRATO	12
 CAPÍTULO III	
ANEXOS	13

CAPÍTULO I

INSTRUÇÕES GERAIS

1.1 IDIOMA

Este Caderno de Bases e Condições (CBC) é editado exclusivamente em português.

1.2 ASPECTOS JURÍDICOS

1.2.1 Natureza Jurídica da ITAIPU

A ITAIPU é entidade binacional de direito internacional público, instituída pelo Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai em 26 de abril de 1973, o qual foi aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 23, de 22 de maio de 1973 (Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, p. 1659) e promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973 (Diário Oficial de 30.08.73, p. 8642/6), e no Paraguai pela Lei nº 389, de 13 julho de 1973.

1.2.2 Característica desta Licitação

Na forma do Tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai em 26 de abril de 1973, a presente licitação será regida pela Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aplicando-se, no que couber, a legislação brasileira.

1.2.3 Etapas deste Procedimento

O presente procedimento será realizado em duas etapas: (i) julgamento e classificação das propostas e, após, (ii) julgamento da habilitação.

1.3 INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

1.3.1 A ITAIPU possui isenção tributária conferida pelo Art. XII, alíneas “a” e “c”, do Tratado que criou e rege a entidade e, em matéria tributária, tem os efeitos previstos no art. 98 do Código Tributário Nacional, compreendendo tributos nos quais a ITAIPU é contribuinte de direito (IPTU, IPVA, Imposto de Importação, IOF, entre outros).

1.3.1.1 Em virtude do objeto não ser destinado à central elétrica, seus acessórios e obras complementares, não se aplica aos fornecimentos e/ou aos serviços a isenção tributária prevista no Art. XII, alínea “b”, do Tratado, que abrange os tributos nos quais a ITAIPU é contribuinte de fato (ISS, ICMS, IPI, PIS/COFINS, entre outros).

1.3.1.2 Caso seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá observar o regramento pela Lei Complementar 123/2006.

1.3.2 Os aspectos tributários específicos das propostas são de responsabilidade exclusiva da proponente, sendo recomendável assessoria especializada.

1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO

1.4.1 Observado o Calendário de Eventos, Anexo I:

- a) a proponente poderá formular consulta sobre este CBC;
- b) a ITAIPU encaminhará a consulta com a sua resposta, com a garantia do sigilo daquela que solicitou o esclarecimento, a todas as proponentes. A resposta constituirá aditamento a este CBC.

1.4.2 A ITAIPU poderá, por intermédio da Superintendência de Compras, aditar este CBC até a data da sessão pública inaugural, mediante publicação na imprensa ou pelos meios indicados em 1.6 deste CBC.

1.4.3 O aditamento prevalece sempre em relação ao editado.

1.5 DILIGÊNCIA

1.5.1 Em qualquer etapa do processo licitatório a ITAIPU poderá, por intermédio da Superintendência de Compras, promover diligências para esclarecer, sanear e/ou complementar a instrução do processo.

1.5.2 Admitir-se-á que os interessados, em resposta à diligência promovida, procedam à juntada posterior de documento cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação das propostas.

1.5.3 Poderão ser objeto de saneamento tanto os erros formais como os materiais irrelevantes, seja em relação às propostas ou aos documentos para a habilitação.

1.5.4 A ITAIPU dará conhecimento da diligência realizada, bem como de sua resposta, a todas as proponentes participantes do certame.

1.5.5 Não será permitido o uso de diligência para: (i) comprovar outras experiências que não aquelas retratadas nos atestados ou certificados inicialmente apresentados; e (ii) incluir novo documento que deveria haver acompanhado a proposta ou os documentos de habilitação.

1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO

1.6.1 A comunicação entre a ITAIPU e a proponente far-se-á mediante ata, carta ou *e-mail*, com confirmação de recebimento.

1.6.2. A ITAIPU publicará na internet, no site www.itaipu.gov.br, os aditamentos desta licitação, ficando sob a responsabilidade da proponente o acompanhamento do processo.

1.7 RESTRIÇÕES

Não poderão participar das licitações, nem contratar com a ITAIPU:

- a) pessoas físicas ou jurídicas sob regime de quebra ou de insolvência civil, ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) pessoas físicas ou jurídicas impedidas perante a ITAIPU, a ANDE ou a EMBPar, ou com restrições em outros órgãos ou entidades públicas do Brasil ou do Paraguai;
- c) pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas;

- d) pessoas jurídicas em que conselheiros, diretores, empregados da ITAIPU, assim como pessoal cedido ou requisitado, sejam proprietários, sócios ou que exerçam funções de direção, exceto entidades sem fins lucrativos;
- e) pessoas físicas ou jurídicas que tenham ou venham a obter informações privilegiadas ou vantagens capazes de prejudicar a lisura e a isonomia do processo de contratação, demonstradas a partir de motivo concreto aferido em processo interno próprio. Reputam-se informações privilegiadas, entre outras, aquelas obtidas de qualquer instância institucional da ITAIPU e que digam respeito a aspectos estratégicos da contratação que, não divulgados aos demais interessados, criem benefícios competitivos aos que delas dispuserem.

1.8 REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

A ITAIPU poderá revogar ou anular esta licitação, em qualquer etapa, por meio de ato formal devidamente fundamentado.

1.9 IMPUGNAÇÃO

1.9.1 Qualquer pessoa interessada é parte legítima para impugnar este CBC, observado, sob pena de preclusão, o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos invólucros contendo a proposta comercial e a documentação para a habilitação.

1.9.2 A impugnação, que não terá efeito recursal, feita tempestivamente por proponente interessada não a impedirá de participar da licitação até o trânsito em julgado administrativo da decisão a ela pertinente.

1.9.3 O endereço para protocolar a impugnação consta no Calendário de Eventos, Anexo I deste CBC.

CAPÍTULO II

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

2.1 MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO, REGIME DE CONTRATAÇÃO, PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1.1 Modalidade: concorrência.

2.1.2 Tipo de Licitação: menor preço.

2.1.3 Regime de contratação: preço unitário.

2.1.4 Prazo de execução: 180 (cento e oitenta) dias.

2.2 FINALIDADE E OBJETO

Selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição, instalação e configuração de sistemas de monitoramento, sistemas de controle de acesso (CDA) e sistemas de alarme para o perímetro da área corporativa da Itaipu Binacional, em foz do Iguaçu-PR, de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo III deste CBC.

2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.3.1 Poderá participar desta licitação empresa estabelecida no Brasil cujo ramo de negócio, definido em seus atos constitutivos, for pertinente ao objeto desta licitação, e desde que atenda aos requisitos estabelecidos neste CBC e seus anexos.

2.3.2 Nesta licitação é vedada a participação de empresas na forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3.3 A participação da proponente neste certame implica manifestação tácita de que:

- a) respeita a legislação pertinente à contratação de menores;
- b) conhece e respeita, no que lhe é aplicável, as políticas e diretrizes quanto à equidade de gênero, vigentes na ITAIPU, e que estão disponíveis no endereço www.itaipu.gov.br;
- c) não lhe afeta nenhuma das condições impeditivas para a contratação com ITAIPU, conforme relacionadas em 1.7 deste CBC.

2.4 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

2.4.1 A proposta comercial deverá ser apresentada:

- a) em 2 (duas) vias, sendo uma original e outra cópia simples;
- b) com todas as folhas, de cada uma das vias, numeradas sequencialmente e rubricadas; a última deverá estar assinada;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO “A”**PROPOSTA COMERCIAL****CONCORRÊNCIA NACIONAL
NF 1520-22**

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO/TELEFONE: _____

2.4.1.1 Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: INVÓLUCRO A-1, A-2, e assim sucessivamente.

2.4.2 Com as vias impressas da Planilha de Preços (Anexo V), exigidas no subitem 2.4.1, alínea “a”, a proponente deverá apresentar uma via digital editável no mesmo formato disponibilizado no CBC (Excel), em dispositivo de memória Pen Drive (Memória USB) ou Cartão de Memória (Memory Card).

2.4.2.1 O dispositivo relacionado no subitem 2.4.2, por ter natureza acessória e complementar à proposta comercial, é factível de ampla diligência por parte da Comissão de Licitação e Negociação Específica, inclusive na hipótese de sua não apresentação.

2.4.2.2 Para todos os efeitos prevalecerá a via da proposta original impressa e assinada.

2.4.3 A proposta comercial deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) expressa em planilha, de acordo com o modelo do Anexo IV, em valores básicos referentes ao mês da data estabelecida para a sua entrega;
- b) cotação de preços unitário e total para todos os itens em licitação, com duas casas decimais após a vírgula;
- c) sem emenda, entrelinha, rasura, borrão, observação ou condicionante.

2.4.4 A proponente deverá considerar nos preços ofertados:

- a) as exigências das Especificações Técnicas, Anexo III;
- b) todas as condições e obrigações estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo VI;
- c) todos os custos, de qualquer natureza, para a consecução do objeto desta licitação;
- d) a incidência tributária referida em 1.3 deste CBC.

2.4.5 A proposta apresentada será considerada válida, para todos os efeitos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua apresentação e poderá ser revalidada, a pedido da ITAIPU, por mais 30 (trinta) dias.

2.4.6 A data-base contratual corresponderá à data estabelecida para a entrega da proposta comercial.

2.5 APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

2.5.1 A proponente deverá apresentar, concomitantemente com a proposta comercial, a documentação para a habilitação conforme estabelecido no Anexo II deste CBC, obedecendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, sendo uma constituída de originais ou de cópias autenticadas, com exceção do CRC que, por ser documento emitido por ITAIPU, poderá ser apresentado somente em cópia simples.
- b) com todas as folhas, de cada uma das vias, numeradas sequencialmente e rubricadas;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "B"
DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA NACIONAL
NF 1520-22

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO/TELEFONE: _____

2.5.2 Havendo a necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: INVÓLUCRO B-1, B-2, e assim sucessivamente.

2.5.3 Em nenhuma hipótese serão autenticadas, pela Comissão de Recepção da ITAIPU, fotocópias ou quaisquer outras reproduções de documentos, ainda que exibidas pela proponente as respectivas vias originais.

2.5.4 A documentação proveniente de outros países que não o Brasil ou o Paraguai deverá ser apresentada de acordo com os seguintes requisitos:

- a) autenticada pela representação diplomática brasileira ou paraguaia, no país onde estiver estabelecida a emitente do documento;
- b) acompanhada de tradução para o português, realizada por tradutor juramentado no Brasil, ou para o castelhano, realizada por tradutor juramentado no Paraguai, se não for originalmente redigida em português ou castelhano.

2.6 RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL E DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

2.6.1 Os invólucros "A" e "B" serão recebidos somente pela Comissão de Recepção da ITAIPU na sessão pública a ser realizada para esse fim, na data, horário e local estabelecidos no Calendário de Eventos, Anexo I deste CBC.

2.6.1.1 Após o prazo fixado no Calendário de Eventos não se aceitará a participação de retardatária, a não ser como ouvinte.

2.6.2 O representante da proponente deverá se apresentar na sessão pública com a seguinte documentação:

- a) cédula de identidade;
- b) instrumento público ou particular de procuração, contendo poderes para praticar os atos inerentes a esta licitação.

2.6.2.1 Em se tratando de proprietário ou sócio, deverão ser apresentadas o original ou a cópia do registro comercial, do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social, como prova de poder exercer direitos e contrair obrigações em nome da proponente.

2.6.2.2 A não apresentação dos documentos citados em 2.6.2 e 2.6.2.1 não implicará exclusão da proponente do certame, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela proponente.

2.6.3 A participação da proponente neste certame implica aceitação de todos os termos e disposições contidas neste CBC.

2.6.4 Uma vez entregue a proposta comercial, a proponente somente poderá retirá-la mediante manifestação formal, antes da abertura do respectivo invólucro, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela ITAIPU.

2.6.5 Na sessão pública a que se refere o 2.6.1, serão abertos os invólucros “A”. Uma das vias da proposta comercial será rubricada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, sendo guardada em invólucro fechado e rubricado pelos representantes citados.

2.6.6 A inobservância por parte da proponente do disposto em 2.4.1, alínea “b”, no que concerne a rubricas e numeração sequencial, poderá ser suprida pela proponente nessa sessão.

2.6.7 Os invólucros “B” serão rubricados pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, permanecendo fechados até a sessão pública a ser convocada para a sua abertura, conforme disposto em 2.7.8.

2.6.8 Ato seguido, a Comissão de Recepção da ITAIPU poderá:

- a) suspender momentaneamente a sessão pública e, neste caso, encaminhará a documentação para análise e julgamento nos termos do 2.7, que ocorrerá no mesmo recinto da sessão pública ou em outro separado; ou
- b) declarar encerrada a sessão pública de recebimento dos invólucros.

2.6.9 Em qualquer das hipóteses relacionadas em 2.6.8, a sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

2.7 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

2.7.1 O julgamento e a classificação das propostas comerciais são de responsabilidade da Comissão de Licitação e Negociação Permanente.

2.7.2 Classificadas as propostas comerciais, por ordem crescente dos preços ofertados, será considerada classificada em primeiro lugar a proponente que, tendo cumprido as exigências deste CBC, apresentar a proposta comercial de menor preço total.

2.7.3 Não será considerada oferta de vantagem não prevista neste CBC e nem preço ou vantagem baseada nas propostas comerciais das demais proponentes. Tampouco será aceita proposta alternativa.

2.7.4 Em caso de constatar-se erro de cálculo entre os preços unitário e total da proposta comercial prevalecerá, para todos os efeitos, o preço unitário, podendo a ITAIPU proceder às correções necessárias.

2.7.5 Para o desempate de propostas comerciais de preços iguais realizar-se-á sorteio público, cuja modalidade será definida pela Comissão de Licitação e Negociação Permanente.

2.7.6 A ITAIPU desclassificará a proposta comercial:

- a) que não esteja de acordo com as exigências deste CBC; ou
- b) manifestamente inexequível ou com preço excessivo.

2.7.6.1 A ITAIPU, antes de desclassificar a proposta comercial por preço inexequível, notificará a proponente para que apresente, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação, a composição de custo para verificação da compatibilidade do preço proposto com os de mercado.

2.7.7 Se todas as propostas comerciais forem desclassificadas, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que implicaram desclassificação. O prazo para a apresentação das novas propostas, atendidos os requisitos exigidos em 2.4.2, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.7.8 Concluída ou não a etapa de julgamento e classificação das propostas, a Superintendência de Compras, na forma estabelecida em 1.6, reabrirá a sessão pública suspensa nos termos do 2.6.8, alínea “a”, e:

- a) concluído o julgamento, comunicará o resultado e a classificação das propostas a todas as proponentes; ou
- b) não concluído o julgamento, convocará nova sessão pública para a abertura da documentação para a habilitação, mediante futura comunicação escrita, indicando o local, a data e a hora da sua realização.

2.7.9 O recurso administrativo contra o julgamento e classificação das propostas comerciais somente poderá ser oferecido depois de concluída a etapa de habilitação, nos termos do disposto em 2.10.

2.8 ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

2.8.1 A abertura dos invólucros “B”, somente das proponentes classificadas, será realizada em sessão pública, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) abrem-se os invólucros "B" e concede-se às proponentes a oportunidade de suprir a eventual falta de numeração sequencial e rubrica, conforme 2.5.1, alínea "b" deste CBC;
- b) ato contínuo os representantes da ITAIPU e das proponentes presentes rubricarão uma das vias da documentação constituída de cópias;
- c) guardam-se as vias da documentação rubricada por todos em invólucros que serão novamente fechados e rubricados em seus fechos pelos representantes citados, mantendo-os em arquivo na Superintendência de Compras.

2.8.2 Concluídos os procedimentos estabelecidos em 2.8.1, a Comissão de Recepção da ITAIPU poderá:

- a) suspender momentaneamente a sessão pública e, neste caso, encaminhará a documentação para análise e julgamento nos termos do 2.9, que ocorrerá no mesmo recinto da sessão pública ou em outro separado; ou
- b) declarar encerrada a sessão pública de abertura dos invólucros, diante da impossibilidade de julgamento em ato contínuo.

2.8.3 Na sessão pública lavrar-se-á ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual serão registradas todas as ocorrências havidas.

2.9 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

2.9.1 O julgamento da documentação para a habilitação é de responsabilidade da Comissão de Licitação e Negociação Permanente.

2.9.2 A documentação para a habilitação deverá estar de acordo com as exigências estabelecidas neste CBC. A inobservância implicará inabilitação da proponente.

2.9.3 Para a habilitação econômico-financeira, de empresas não cadastradas, além da verificação da conformidade da documentação apresentada conforme 2.6.1, proceder-se-á à aferição dos seguintes indicadores contábeis, sendo que a pontuação mínima exigida para a habilitação é igual a 2 (dois), resultante do somatório de pontos da equação da alínea "a" dos incisos I, II, III e IV seguintes:

I - Liquidez Corrente, obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC}{PC}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 3$$

- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 3 (três);
- c) se "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);

- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

II - Liquidez Geral, obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);
- c) se “Y” resultar negativo, a pontuação será igual a 0 (zero);
- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação será igual a 0 (zero).

III - Endividamento do Patrimônio Líquido, obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{ET}{PL}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = - 4X + 7$$

- b) se o numerador for igual a 0 (zero) e o denominador for positivo, a pontuação atribuída será igual a 3 (três);
- c) se “Y” resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);
- d) se “X” resultar negativo ou o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação a ser atribuída será igual a 0 (zero).

IV - Autofinanciamento do Ativo Permanente, obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{PL}{AP}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

- b) se o numerador for positivo e o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);
- c) se “Y” resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);

- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

2.9.3.1 A nomenclatura das fórmulas e equações anteriormente citadas é a seguinte:

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
ELP = Exigível a Longo Prazo
ET = Exigível Total
PL = Patrimônio Líquido
AP = Ativo Permanente
X = Indicador Encontrado
Y = Pontuação

2.9.4 Ocorrendo a inabilitação de todas as proponentes, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de nova documentação, escoimadas as causas que implicaram inabilitação. O prazo para a apresentação, atendidos os requisitos exigidos em 2.5.2, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.9.5 Concluídos os trabalhos de verificação da conformidade da documentação para a habilitação, a Comissão de Licitação e Negociação Permanente consignará em ata o resultado do julgamento e o encaminhará para divulgação na continuidade da sessão pública prevista em 2.8.2, alínea “a”, ou, conforme o caso, posteriormente, mediante comunicação às proponentes nos termos do 1.6 deste CBC.

2.9.6 Na hipótese de divulgação do resultado na continuidade da sessão pública, a Comissão de Recepção, após declarar reaberta a sessão, prosseguirá com a leitura do resultado do julgamento da habilitação, classificação final e declaração do vencedor, propondo em seguida aos representantes das proponentes renunciarem ao prazo recursal.

2.9.6.1 Havendo a renúncia expressa de todas as proponentes, a Comissão de Recepção consignará o feito em ata, coletará a assinatura dos representantes da ITAIPU e de todas as proponentes e encerrará a sessão pública.

2.9.6.2 Não havendo a renúncia de qualquer das proponentes, consignar-se-á em ata o ocorrido e será coletada a assinatura dos representantes presentes, dando-se por encerrada a sessão pública e franqueando-se vista do processo. Com isso, abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso administrativo, conforme estabelecido em 2.10 deste CBC.

2.9.7 Todas as ocorrências havidas na sessão pública serão registradas em ata circunstanciada a ser assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes.

2.9.8 Com a divulgação do resultado final, e não havendo recursos, ou em havendo, após o seu processamento conforme disposto em 2.10, o processo será enviado à autoridade competente da ITAIPU para homologação.

2.10 RECURSO ADMINISTRATIVO

2.10.1 Das decisões proferidas nesta licitação poderão ser interpostos recursos, em única oportunidade, contra a:

- a) classificação ou desclassificação das propostas, habilitação ou inabilitação da proponente e/ou declaração da vencedora da licitação;
- b) revogação ou anulação desta licitação.

2.10.1.1 O recurso administrativo interposto em qualquer dos casos citados na alínea “a” do 2.10.1 terá efeito suspensivo.

2.10.1.2 Os interessados terão direito de vista ao processo licitatório, bastando, para tanto, requerer no endereço indicado no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.10.1.3 Nenhum prazo correrá sem que o processo esteja com vista franqueada.

2.10.2 O recurso deverá ser protocolado na Superintendência de Compras, no endereço estabelecido no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.10.3 Interposto o recurso, dar-se-á conhecimento de seus termos às demais proponentes, que poderão oferecer contrarrazões no prazo e horário previstos no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.10.4 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

2.10.4.1 Os prazos aqui referidos só iniciam e vencem nos dias úteis para ITAIPU, no lugar de entrega das propostas.

2.10.5 A ITAIPU comunicará, a todas as proponentes, o resultado do julgamento do recurso administrativo interposto.

2.11 ASSINATURA DO CONTRATO

2.11.1 A ITAIPU poderá convocar a proponente vencedora desta licitação para assinar o respectivo contrato no prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento da respectiva comunicação.

2.11.1.1 Este prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que a proponente vencedora tenha seu pedido de prorrogação aceito pela ITAIPU.

2.11.2 Na hipótese de a vencedora desta licitação não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas neste CBC, a ITAIPU penalizará a proponente com a suspensão temporária de contratar com a ITAIPU pelo prazo de 6 (seis) meses, mediante prévio processo administrativo de aplicação da penalidade cadastral.

2.11.2.1 Ocorrendo a hipótese prevista em 2.11.2, a ITAIPU poderá, a seu exclusivo critério, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato nas mesmas condições e preços da primeira classificada, ou declarar fracassada a licitação.

2.11.2.2 As sanções previstas em 2.11.2 não se aplicam às proponentes convocadas na forma do 2.11.2.1.

2.11.3 O instrumento contratual poderá ser assinado em forma física ou eletrônica, a critério da ITAIPU.

2.11.3.1 Para a assinatura de documentos em forma eletrônica com foro no Brasil, a proponente vencedora deverá usar certificado digital, e-CPF ou e-CNPJ, emitido em conformidade com a Medida Provisória 2.200/2001, sendo obrigatório ao titular do certificado digital fazer prova de que é representante legal da proponente e que possui poderes bastantes para a formalização do instrumento contratual.

2.11.3.2 A proponente, desde já, concorda e reputa válida a utilização, pela ITAIPU, de certificado digital não emitido pela ICP-Brasil, nos termos do §2º do art. 10 da Medida Provisória 2.200-2/2001.

2.12 DEVOLUÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL

2.12.1 A documentação para a habilitação e/ou a proposta comercial da proponente desclassificada e/ou inabilitada serão devolvidas, quando solicitado.

CAPÍTULO III ANEXOS

Integram o presente CBC:

- ANEXO I - Calendário de Eventos
- ANEXO II - Documentação para a Habilitação
- ANEXO III - Especificações Técnicas
- ANEXO IV - Planilha de Preços
- ANEXO V - Orçamento Estimado
- ANEXO VI - Minuta de Contrato
- ANEXO VII - Diretrizes para a Segurança e Saúde no Trabalho
- ANEXO VIII - Calendário de Feriados

OBSERVAÇÃO: Os Anexos VII e VIII estão disponíveis apenas no site <https://compras.itaipu.gov.br>, opção “Normas e instruções”.

APROVAÇÃO:

Daniele Tassi Simioni Gemael Superintendente de Compras	Samuel Valiente Claverol Superintendente Adjunto de Compras
---	---